

DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2011v13n1-2p303>

ROTA Dória. Direção: Gilda Brasileiro. Vitória: Instituto Marlin Azul, 2011. 1 DVD (15 min), color. Projeto Revelando os Brasis. Ano IV.

Felipe Neis Araujo

Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: neis.araujo@gmail.com

Quando a Inglaterra começou a discutir a supressão do tráfico de escravos no Oceano Atlântico, na primeira década do século XIX, deu-se início à caracterização da instituição peculiar como anacrônica e incompatível com o projeto de civilização que as ditas grandes nações almejavam – ou que, na óptica abolicionista, deveriam almejar. A pressão britânica pela abolição do tráfico de escravos entre a costa oeste africana e o Brasil teve início em 1810, através do Tratado de Aliança e Amizade, assinado pelos soberanos da Grã-Bretanha e de Portugal. Esse contrato “cobrava a restrição do comércio de escravos conduzido pelos portugueses”, como assinalam as historiadoras Beatriz Mamigonian e Keila Grinberg (2007, p. 87). As pesquisadoras ainda apontam que o reconhecimento da independência política do Brasil por parte da Inglaterra foi “condicionado à assinatura de um novo tratado de abolição do tráfico de escravos: assinado em 1826, foi ratificado em 13 de março de 1827 e entrou em vigor três anos depois” (p. 87-88).

A campanha abolicionista caracterizou o escravismo como uma vergonha, uma instituição embrutecedora do caráter humano, algo que deveria ser extirpado não apenas dali em diante, mas também da história. Deu-se início a um movimento que buscava enterrar as correntes que simbolizavam a escravidão, como sugere o título de uma interessante obra de Adam Hochschild (2007). Enquanto as nações negociavam seus tratados e políticas relativos à escravidão, os traficantes de escravos dos dois lados do Atlântico davam sequência a suas atividades, como nos mostra o documentário intitulado *Rota Dória*,

escrito e dirigido por Gilda Brasileiro, carioca que escolheu Salesópolis, município do estado de São Paulo, como morada.

Desenterrando as correntes: uma arqueologia do tráfico clandestino de escravos

Intrigada com a existência de um casarão antigo numa área de mata isolada em Salesópolis, Gilda Brasileiro foi buscar em arquivos e nas memórias dos habitantes do local o sentido daquela construção. Acabou se deparando com um tema que a história oficial deixara de fora de suas narrativas: uma rota clandestina de escravos.

O primeiro morador que aparece dando seu depoimento no documentário já nos avisa da importância da estrada aberta em função da insistência do padre Manoel de Faria Dória: seus 120 quilômetros de extensão ligavam a localidade – conhecida até 1905 como São José do Paraitinga – ao litoral. São José do Paraitinga, portanto, funcionava com o elo de uma corrente que ligava o litoral norte da então província de São Paulo ao Vale do Paraíba, notória região de *plantations* escravistas.¹ Segundo a documentarista, o padre buscava na estrada uma solução para escoar a produção local, evitando os altos custos de enviá-la para os portos de Santos ou do Rio de Janeiro. Entre os anos de 1832 e 1842 a rota foi oficializada e atendeu às suas expectativas. Alguns comerciantes da região, no entanto, usavam a antiga picada convertida em estrada para evitar os impostos de uso das vias reais, fato que teria levado ao fechamento da estrada após a morte do padre Dória, em 1843. Riscada também dos mapas produzidos após esse período, a rota passou então a ser utilizada por pessoas engajadas no tráfico clandestino de escravos.

Sentado na janela do casarão que instigou a curiosidade histórica de Gilda Brasileiro, o primeiro entrevistado, um homem que nasceu e se criou naquela construção, lembra que ela serviu, no século XIX, como um entreposto comercial de dois produtos: sal e escravos. Evidências arqueológicas, como uma gargalheira de ferro desenterrada nas proximidades do prédio, servem como frestas para vislumbrar o passado escravista da região. O legado material da experiência escravista no local é vasto. Cabe destaque para as ruínas de uma fazenda

transformadas num sítio arqueológico, localizado no município de São Sebastião, cidade litorânea situada a 90 quilômetros de Salesópolis. No século XIX a fazenda, que também se chama São Sebastião, funcionou como uma peça-chave da rota clandestina de escravos entre a costa da África e a costa do Brasil. Engastada em meio à mata atlântica, a antiga fazenda se defronta com Ilha Bela, onde aportavam os navios negreiros clandestinos, e recebia os cativos que atravessavam os 22 quilômetros de estrada da ilha antes de serem levados até São Sebastião. Após o longo período da travessia atlântica, os escravos chegavam debilitados, enfraquecidos e muitas vezes doentes. Em locais como a Fazenda São Sebastião eram colocados de quarentena para serem tratados, engordarem e, posteriormente, serem vendidos. A prática de comprar escravos doentes e revendê-los após tratá-los parece não ter sido incomum no século XIX. Escravos doentes eram mais baratos e, após tratados, poderiam ser revendidos com uma boa margem de lucro. E não foram apenas os grandes traficantes que recorreram a essa estratégia. Na Bahia oitocentista, por exemplo, um africano liberto de nome Domingos Pereira Sodré parece ter recorrido a essa prática a fim de complementar seus ganhos (Reis, 2008).

A empresa do tráfico Atlântico, articulada por africanos e europeus, brancos e negros, ricos e pobres, cristãos, muçulmanos e animistas, serviu como fonte exclusiva ou complemento de renda de indivíduos, reinos, impérios e califados.² Estima-se que entre os séculos XVI e XIX cerca de 10 a 12 milhões de africanos tenham sido arrancados à força de seus diversos locais de origem e cruzado o Oceano Atlântico rumo ao que à época chamava-se de Novo Mundo. Cruzar o Atlântico certamente era uma empreitada arriscada e cara, como estimam Philip Curtin (1969) e David Eltis (2001), mas o risco poderia valer a pena, tanto que, mesmo após a proibição da “passagem do meio” – *middle passage*, como era conhecida a travessia do Atlântico entre os anglófonos –, muitos indivíduos continuaram insistindo na prática. A Rota Dória, desenterrada por Gilda Brasileiro em seu documentário, é um convite a repensar essa história.

O comércio ilegal de cativos foi um tema negligenciado pela historiografia que trata da escravidão até poucos anos atrás. Uma vez

que a legislação parecia ter sido simplesmente ignorada na prática, criou-se a anedota de que a lei antitráfico debatida no Parlamento brasileiro e finalmente aprovada 1831 teria sido apenas “para inglês ver”. Seu impacto, no entanto, foi crucial para se repensarem as políticas referentes à instituição a partir de então. A categoria de “africanos livres”, por exemplo, criada para classificar os cativos apreendidos no tráfico ilegal, deu margem a discussões acerca de direito, cidadania e política durante o Império.

A rota do documentário: a participação de Gilda Brasileiro no Projeto Revelando os Brasis

O documentário *Rota Dória* foi escrito, produzido e dirigido por Gilda Brasileiro com apoio logístico e financeiro do Instituto Marlin Azul, idealizadora do Projeto Revelando os Brasis. Trata-se de

um projeto de formação e inclusão audiovisuais de moradores de pequenas cidades. Qualquer brasileiro maior de 18 anos, residente em municípios com até 20 mil habitantes, pode inscrever uma história original real ou de ficção no Concurso Nacional de Histórias³ (Revelando os Brasis, s/d).

Gilda foi selecionada para a quarta edição do projeto, realizada em 2010, e foi ao Rio de Janeiro receber treinamento para a realização de seu documentário. Ela, assim como os outros quarenta participantes selecionados, participou de oficinas preparatórias em que contou com auxílio profissional para aprender algumas das técnicas necessárias a fim de transformar suas ideias num filme. Cada participante recebeu financiamento para realizar um curta-metragem com duração de até 15 minutos. Após a finalização, as películas foram exibidas gratuitamente nas cidades dos participantes e nas capitais brasileiras, além de terem sido apresentadas num programa realizado pelo Canal Futura em parceria com o Instituto Marlin Azul.

A familiaridade de Gilda Brasileiro com história e cultura afro-brasileiras é de longa data. Durante 31 anos, entre 1980 e 2011, a professora, escritora e documentarista foi vinculada à Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, tendo atuado como presidente da

Comissão Histórica Cultural de Salesópolis entre 2008 e 2011, quando se afastou para cursar um mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre pelo Programa Erasmus Mundus. Um dos objetivos por trás da produção do documentário é traçar as memórias da escravidão no local; as lembranças e os silêncios. A busca pela reconstituição do passado não apenas através de documentos, mas também da memória, das fontes orais, despertou os pesquisadores para novas interrogações acerca do passado. A busca de Gilda Brasileiro vai ao encontro das novas perspectivas da História e da Antropologia. Desde a década de 1980, as heranças das experiências escravistas nas Américas vêm sendo repensadas a partir de vieses importantes não apenas dentro das universidades. Populações quilombolas, por exemplo, articulam noções de direito a territórios e práticas, baseando-se na memória das lutas e das estratégias de seus antepassados para legitimar suas reivindicações.

Talvez uma das maiores contribuições de Gilda Brasileiro em *Rota Dória* seja o convite a repensar as articulações entre história, memória, antropologia e narrativas.

Notas:

- ¹ Sobre a experiência da escravidão oitocentista no Vale do Paraíba, analisada a partir das estratégias de formação e manutenção de famílias escravas, vale a pena conferir Slenes (1999).
- ² O historiador estadunidense David Brion Davis informa que pensadores como John Locke e Voltaire lucraram com o tráfico de escravos, ver Davis (2001). Sobre a economia escravista num califado africano, ver Lovejoy (2000). A escravidão muçulmana na África Ocidental nas primeiras décadas do século XIX causou um impacto na demografia do Nordeste brasileiro, especialmente na Bahia. Sobre este tema, ver Reis (2003).
- ³ Ver o sítio eletrônico do projeto, disponível em <http://www.revelandoosbrasis.com.br/index.php?id=/o_projeto/index.php>.

Referências

CURTIN, Philip D. *The Transatlantic Slave Trade: A Census*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1969.

DAVIS, David Brion. Slavery: White, Black, Muslim, Christian. *New York Review of Books*, Nova Iorque: Rea S. Hederman, v. 48, n. 11, p. 50-55, July 2001.

ELTIS, David. The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment. *William and Mary Quarterly*, Williamsburg: Omohundro Institute of Early American History and Culture, v. 1, n. 58, p. 17-46, 2001.

HOCHSCHILD, Adam. *Enterrem as correntes: profetas e rebeldes na luta pela libertação dos escravos*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

LOVEJOY, Paul E. *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2000.

MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila. Apresentação. In: _____. *Para inglês ver? Revisitando a Lei de 1831*. Dossiê Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes, 2007. p. 87-90.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REVELANDO OS BRASIS. Disponível em: <http://www.revelandoosbrasis.com.br/index.php?id=/o_projeto/index.php>. Acesso em: 12 jul. 2012.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Recebido em 13/08/2012

Aceite em 20/08/2012